

AgroForum/JBS/Wesley Batista: consumidor quer praticidade e conveniência

04/11/24 18:36

Por Leandro Silveira

São Paulo, 04/11/2024 - O conselheiro e acionista da JBS Wesley Batista destacou a importância de adaptar os negócios às novas demandas de consumo, especialmente com foco em praticidade e conveniência. Durante o AgroForum do BTG Pactual, ele disse que a transformação dos hábitos alimentares e de preparo de alimentos torna essencial a oferta de produtos que atendam às necessidades das novas gerações. Batista argumenta que o comportamento das famílias mudou significativamente nas últimas décadas, e que a indústria precisa acompanhar essa transformação. "Você tem que oferecer produto de qualidade, com uma excelente experiência, mas tem que ser conveniente", afirmou.

Ele ressalta que as gerações mais jovens não estão dispostas a passar longos períodos na cozinha, o que exige uma abordagem diferente por parte das empresas de alimentos. "As gerações que estão vindo para frente não vão ficar com o fogão ligado, cozinhando", disse Batista, enfatizando a necessidade de se investir em produtos que ofereçam uma experiência de qualidade aliada à praticidade. Para o conselheiro da JBS, o futuro do setor depende de atender a essa demanda por agilidade. "O nome do jogo é praticidade e conveniência em todos os negócios", declarou.

Contato: leandro.silveira@estadao.com

Em evento, JBS destaca demanda chinesa

A JBS, uma das maiores companhias de alimentos do mundo, deve exportar quase 1 milhão de toneladas em produtos para a China neste ano, segundo Wesley Batista, conselheiro e acionista da JBS e de sua controlada

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

(Foto: BTG Pactual)

Wesley Batista, conselheiro e acionista da JBS (JBSS3) e da Pilgrim's Pride, disse que o Brasil precisa melhorar a imagem do seu agronegócio brasileiro e disse que precisamos torcer para o touro e não o toureiro.

“Precisamos deixar de nos autoflagelar. Nós temos a maior matriz energética limpa do planeta. Temos problemas? Sim, mas fica apenas o problema. Precisamos de uma linha de país e nós empresários mostrarmos o que fazemos de bom no setor. O produtor brasileiro é sério, preocupado em preservar. Não há lugar que tenha um sistema financeiro tão avançado como no Brasil. Nos EUA ainda mandamos cheque pelo correio”, afirmou.

A fala foi feita durante o painel “A Expansão Internacional do Agronegócio Brasileiro” do AgroForum 2024, evento realizado pelo BTG Pactual. O painel, moderado por Thiago Duarte, também contou com Ricardo Faria, chairman da Granja Faria.

LEIA MAIS: Campos Neto destaca que o Brasil é o único país a apostar na alta dos juros – onde investir na renda fixa para ‘surfear’ cenário?

Faria citou a JBS como inspiração para a Granja Faria, que também participa da cadeia produtiva da gigante de proteína animal.

“A fortaleza sanitária que construímos no Brasil é uma das grandes fortalezas da agroindústria brasileira. Um exemplo disso é a gripe aviária que não atingiu nossas granjas”.

Faria ainda comenta que o Brasil joga mais de 3% da sua carne fora por conta de medidas de inspeção federal. “Não aplicarmos o autocontrole, como acontece em outros países, e que já foi aprovada por aqui e precisa ser implementada na prática”.

Wesley Batista vê oportunidades de crescimento para o Brasil

Batista cita que o setor está transformando o Brasil de dentro para fora, principalmente no interior do país, e que há poucos lugares no mundo que têm a condição de aumentar a produção para acompanhar uma demanda crescente.

“Quando eu comecei neste negócio, nos anos 90, nós só exportávamos 300 mil toneladas para a Europa. Hoje, a JBS exporta 1 milhão de toneladas de carnes só para China. O Brasil está abrindo mercado porque há demanda. Precisamos aproveitar essa demanda crescente”.

Para Batista, há oportunidades de crescimento em diversos mercados, citando Índia, China, Sudoeste Asiático e Indonésia. Apesar dos elogios ao Brasil, o empresário disse que o país conta com sérios problemas fiscais e tributários, se referindo ao ambiente brasileiro como “manicômio tributário”.

O grande entrave do Brasil, segundo Wesley Batista, da JBS (JBSS3)

“Estou confiante de que podemos continuar investindo em aumento de produção, porque a demanda por alimentos, e principalmente saudáveis, não vai diminuir. Se dermos conta de sermos bem sucedidos aqui no nosso país, pelas nossas dificuldades fiscais e tributárias, quando você passa a investir em EUA e Austrália acaba sendo ainda mais fácil”.

Batista ainda destacou a qualidade dos funcionários brasileiros da JBS que foram trabalhar em outros países e disse que nenhum voltou ao Brasil.

Na véspera da eleição dos Estados Unidos e em meio à disparada das exportações de proteína animal para a China, o empresário Wesley Batista, conselheiro e acionista da JBS e da Pilgrims Pride, defendeu a diplomacia nas relações comerciais e geopolíticas entre o Brasil e seus dois maiores parceiros comerciais.

Para o empresário, o Brasil não tem de tomar parte em disputas internas e deve investir na ampliação de novos mercados.

Apesar de o governo brasileiro externar sua preferência pela vitória da democrata Kamala Harris, o empresário, com operações em 27 estados norte-americanos e 70 mil funcionários naquele país, evitou falar de política no AgroForum BTG Pactual, em São Paulo.

“O Brasil tem de manter uma boa diplomacia, tem de se relacionar com o mundo. O Brasil não tem de tomar parte, tem de ter uma ótima relação comercial com as duas maiores economias do mundo”, afirmou.

Batista preferiu elogiar as facilidades tributárias e trabalhistas para investimentos nos Estados Unidos e comparou as duas áreas com o custo Brasil das operações da companhia em seu país de origem.

“O departamento tributário lá (nos Estados Unidos) tem 18 pessoas para a empresa inteira e temos 300 pessoas. O departamento jurídico tem 10 pessoas e não tem uma ação trabalhista. Só na sede (brasileira) são 200 pessoas e um advogado em cada cidade (com operações da JBS)”, disse.

Segundo Batista, “ser bem-sucedido aqui é sentar na canoa e remar contra o rio nas questões tributária e trabalhista. Nos Estados Unidos é remar a favor da correnteza”.

Wesley Batista lembrou que quando ele começou no mercado, na década de 1990, o Brasil exportava 300 mil toneladas de carne para o mundo inteiro, basicamente para o mercado europeu.

E usou esse número como base de comparação para comemorar o avanço das vendas ao mercado chinês. “Só a JBS vai exportar quase 1 milhão de toneladas para a China este ano, porque a demanda está lá”.

Para o empresário, apesar dos temores quanto a um possível freio, a demanda chinesa continuará crescendo. Mas outros mercados, como Sudeste Asiático, também puxarão a alta na demanda por alimentos e, especialmente, proteína animal.

“Estou confiante, e nós podemos continuar otimistas, porque não vai parar de crescer a demanda por comida”.

Sobre o Brasil, o acionista da JBS admitiu que o País tem problemas, especialmente ambientais, e defendeu que empresários mostrem “o que tem sido feito e não ficar falando em recorde de queimada, recorde disso ou daquilo”.

“Não podemos deixar as exceções contaminarem o País”, concluiu.

A JBS foi reconhecida com o título de “Melhor Departamento de Compliance do Agronegócio” durante a 1ª Edição do Compliance Awards da Leaders League - Compliance Summit & Awards Brasil. O evento, realizado no Centro Britânico, em São Paulo, teve como objetivo promover e premiar os melhores programas de Compliance do país, destacando aqueles cuja implementação tem sido crucial para o sucesso sustentável das organizações.

A premiação reuniu mais de 200 profissionais de Compliance, proporcionando um espaço de debate sobre as tendências e melhores práticas no Brasil e no mundo. Mais de 20 especialistas participaram de cinco painéis estratégicos, abordando temas cruciais para a evolução do Compliance no país.

A edição de 2024 premiou 12 categorias que refletem as principais indústrias do país, com a participação dos principais players do mercado. Esse reconhecimento é resultado do compromisso da JBS com a ética e transparência em todas as suas operações.

“O Programa de Compliance ‘Faça Sempre o Certo’ tem sido fundamental na manutenção de um ambiente de negócios ético, sustentável e transparente, sempre alinhado às melhores práticas do mercado. Esse trabalho reforça o papel do Departamento de Compliance na empresa, ampliando a responsabilidade com e dos colaboradores, fornecedores, clientes, stakeholders e a sociedade em geral”, destaca o diretor de Compliance da JBS, José Marcelo Martins Proença.

Segundo ele, o prêmio confirma que a companhia está no caminho certo e reforça a missão de “sermos os melhores naquilo que nos propomos a fazer.”

Nos últimos anos, a JBS tem investido fortemente em treinamentos e sistemas de monitoramento, garantindo que sua equipe esteja preparada para enfrentar os desafios e complexidades do ambiente regulatório. Esses investimentos contribuem para mitigar riscos e consolidar a confiança dos stakeholders.

Site oficial: <https://brasil.compliance-summit.com/edicao-2024/sobre.html>

O Conar recomendou que a BRF altere uma campanha sobre nuggets na qual diz que só a Sadia, uma de suas marcas, tem o produto.

O anúncio foi alvo de denúncia pela Seara, que alegou que a publicidade da concorrente poderia confundir o consumidor ao indicar suposta exclusividade da marca no mercado de pequenos empanados de frango, sobretudo em relação a atributos sensoriais.

Em sua campanha, a Sadia afirmava que seu produto é "crocantudo e saborosudo, mucho suculento, só Sadia tem", além de "original, 100% frango, apetitoso, só Sadia tem".

Para a Seara, em determinado momento, o anúncio também depreciava os produtos concorrentes.

Em sua defesa, a BRF argumentou que o intuito da propaganda é mostra que, além dela, ninguém pode afirmar que tem "nuggets", marca registrada junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Segundo a empresa, daí decorre o mote da exclusividade, ao mesmo tempo em que apresenta atributos inerentes e não exclusivos à categoria.

A Sadia comprou em 1985, do Mc Donald's, o direito de usar o nome Nuggets com exclusividade no Brasil. A empresa chegou a vencer a Perdigão na Justiça em uma disputa para explorar a marca.

O relator do caso deu razão à Sadia quanto ao direito de explorar, ostentar e reforçar a exclusividade de sua marca devidamente registrada.

Ele considerou, no entanto, que existem outras formas para construir o valor da marca sem deixar margem para que a exclusividade se estenda a atributos sensoriais e de produtos divulgados no anúncio - evitando, portanto, a possibilidade de engano pelos consumidores.

Em seu voto, o relator sugeriu a alteração para evitar a ambiguidade e entendeu não haver depreciação da imagem da concorrência. Ele foi acompanhado por unanimidade. Cabe recurso da decisão.

Inscreva-se na Newsletter: Lauro Jardim

Inscrever

O guia mais gostoso da cidade chega à 28ª edição com resenhas de mais de 450 estabelecimento entre restaurantes, comidinhas e bares, e apresenta os aguardados indicados na área dos restaurantes. Os concorrentes ao prêmio VEJA RIO COMER & BEBER 2024/25 representam uma temporada vibrante de inaugurações e evolução nos cardápios.

No cenário nobre dos restaurantes, são 18 as categorias contempladas, a exemplo do chef do ano, do chef revelação e do restaurateur do ano. Entre as novidades estão as categorias que elegem o melhor omakase, o requintado menu degustação japonês, e o retorno dos prêmios ao melhor almoço executivo e às melhores sobremesas do Rio.

A festa está completa com os prêmio de sustentabilidade e causa social, além de um caderno especial com 30 opções no interior do estado, com destaques para os três melhores restaurantes, respectivamente, das regiões de praia, serra, e Niterói.

Teremos as seguintes categorias e indicados, na ordem alfabética:

Asiático
Elena
Mr. Lam
Si-chou
Brasileiro
Rudã
Sofia
Sud, O Pássaro Verde
Carne
Giuseppe Grill
Malta
Rufino
Cozinha de autor
Lasai
Mesa do Lado
Oro
Cozinha de hotel
Cipriani
Gero
Shiso
Francês
Casa 201
Chez Claude
Signatures
Italiano
Babbo
Grado
Padella
Omakase
San Omakase
Sushi Vaz

Umai

Peixes e frutos do mar

Escama

Ocyá

Satyricon

Pizzaria

Capricciosa

Ferro e Farinha

Officina Local

Português

Gajos d'Ouro

Quinta da Henriqueta

Rancho Português

Sobremesas

Koral

Marine

Rancho Português

Menu executivo

Clan

D'Heaven

Tiara

Comer & Beber Rio 2024 é promovido pela VEJA Rio com patrocínio de Baden Baden, BTG, JBS, Nespresso, Prefeitura do Rio e Tramontina, apoio do Governo do Rio e parceria do Hotel Fairmont.

BAIXE O APP COMER & BEBER E ESCOLHA UM ESTABELECIMENTO:

IOS:

ANDROID:

A JBS, uma das maiores companhias de alimentos do mundo, deve exportar quase um milhão de toneladas em produtos para a China neste ano, estimou nesta segunda-feira (4/11) o empresário Wesley Batista, conselheiro e acionista da JBS e de sua controlada nos Estados Unidos, a Pilgrim's Pride.

Leia também

"O Brasil está abrindo mercado porque a demanda está lá", disse o empresário, durante evento online do BTG Pactual, sobre a demanda internacional pelos produtos agropecuários brasileiros.

Também presente no evento transmitido pela internet, o presidente do conselho de administração da Granja Faria, Ricardo Faria, acrescentou que "as pessoas vão ficando cada vez mais com necessidade de hábitos alimentares sofisticados, e a própria China pode ter aumentos relevantes de consumo".

Além disso, Faria enxerga um horizonte promissor para as vendas externas de ovos e carne de aves, com um potencial importante de crescimento na Índia.

De acordo com os empresários, a busca pelos produtos brasileiros existe também porque o país é um dos poucos onde a oferta ainda tem espaço para aumentar, dada a quantidade de pastagens degradadas que podem ser aproveitadas para produção rural.

"Os Estados Unidos têm 100 milhões de cabeças de gado. O Brasil tem 200 milhões, e os Estados Unidos produzem mais que o Brasil, por aí se vê como o Brasil consegue aumentar [a produção]", exemplificou Batista.

O uso de tecnologia e nutrição animal adequadas são algumas das maneiras de incrementar a produtividade na indústria de carnes.

"[Temos que] aproveitar a demanda crescente que o Brasil tem condição de suprir", enfatizou.

Entre os desafios a serem superados, Batista citou os gargalos existentes na questão trabalhista e custos tributários. "Vamos ver a reforma tributária. É um tema para ser endereçado há décadas no país e, se bem endereçado, será um grande avanço".

Há também escassez de mão de obra e infraestrutura em alguns polos produtores. "Na planta de Diamantino, em Mato Grosso, nós abatemos duas mil cabeças de bovino por dia. Eu queria elevar para três mil e não tem gente. E se falarmos que vamos buscar [mão de obra] em outro Estado, não tem moradia", disse Batista.

O empresário da Granja Faria acrescentou entre os desafios a questão do autocontrole dos frigoríficos, "que tem que ser implementada".

Depois de várias tentativas frustradas de acordo, a partir de decisões judiciais ou propostas, ora das autoridades, ora de uma parte ou outra na briga, as sócias J&F Investimentos e Paper Excellence, que duelam há mais de seis anos pela produtora de

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <https://valor.globo.com/empresas/versus/post/2024/11/stf-propoe-paz-entre-jandf-e-paper-na-briga-pela-eldorado-entenda-a-disputa-bilionaria.ghtml>

Futebol S.A.

O Brasil se consolidou como a maior liga profissional de futebol na América Latina e somente o Flamengo já fatura mais do que todo o futebol da Colômbia e do Chile. É o que mostra um levantamento da Sports Value. Segundo os dados da consultoria de marketing esportivo, o futebol brasileiro movimentou US\$ 1,8 bilhão no ano passado e o México, segundo colocado, US\$ 840 milhões. A Argentina segue na terceira posição, com US\$ 330 milhões. O Flamengo, líder no Brasil, supera times chilenos e colombianos que, juntos, faturaram US\$ 155 milhões e US\$ 146 milhões, respectivamente, em cada país.

SAF Para Amir Somoggi, sócio da consultoria, o resultado se deve ao avanço do modelo de negócio conhecido como SAF (Sociedade Anônima do Futebol) criado por lei em 2021. “As últimas cinco finais da Libertadores foram vencidas por times brasileiros. E 3 em 10 clubes com maior faturamento são SAF. Vasco, Botafogo e Atlético-MG são SAF e Red Bull é uma empresa de capital fechado”, disse Somoggi.

PRIMO... O Banco Central abriu o Drex para novos interessados em testar as funcionalidades da moeda digital brasileira. Dezesesseis instituições, entre bancos e empresas de cibersegurança, atuam em conjunto com o regulador para avaliar o uso de tokens em transações que, em suma, permitirão a descentralização do crédito —hoje nas mãos de bancos. A expectativa é que mais de 50 se habilitem para uma nova rodada, cujas inscrições já estão abertas.

...DO PIX “Não tenho a menor dúvida de que o Drex abrirá ainda mais o mercado de crédito”, diz Marco Zanini, CEO da Dinamo Networks, empresa de criptografia que participa do piloto do Drex. “Quem tem um carro, por exemplo, poderá dividir o valor dele em partes e convertê-las em tokens que poderão ser negociados em marketplaces, oferecendo pagar com juros para quem adquiri-los.”

CARA NOVA A Eletrobras contratou a agência Tátil para fazer um reposicionamento de marca. O tema foi discutido entre diretores da companhia de energia. Uma das idéias é mudar o nome da companhia e sua logomarca, forma de marcar a fase pós-privatização. Algo similar ocorreu com a BR, que após ser vendida se tornou Vibra. A última vez que a Eletrobras fez alterações foi em 2010, quando retirou o acento agudo da logomarca.

ENGENHARIA O BNDES retomou o apoio aos projetos de infraestrutura e, de janeiro e 2023 a setembro deste ano, aprovou R\$ 78,3 bilhões, mais do que os R\$ 67,9 bilhões acumulados entre 2019 e 2022. Somente neste ano, o banco deu aval para R\$ 40,8 bilhões em crédito ao setor —8% mais do que todo o ano de 2023 (R\$ 37,6 bilhões). Na série histórica, iniciada em 1995, o maior valor aprovado para a infraestrutura foi registrado em 2014 (R\$ 50,8 bilhões).

NOVELA O presidente do Incra, César Aldrighi, negou o pedido da Paper, que busca barrar um parecer de técnicos do órgão em Mato Grosso do Sul recomendando que a compra do controle da Eldorado Celulose, dos irmãos Batista, seja amigavelmente desfeita. A decisão foi colegiada. Paper e J&F, a holding dos Batistas, já eram sócias na Eldorado. Em 2017, a Paper adquiriu as ações do sócio, um negócio de R\$ 14 bilhões à época. No entanto, desde então, a operação vem sendo questionada pelos Batistas. Consultadas, as empresas não quiseram se manifestar.

com Diego Felix

painelsa@grupofolha.com.br

TUDO DIGITAL

O governo cogita realizar via Caixa o pagamento de benefícios sociais, como o Bolsa Família, pelo Drex. XP, Visa e Nubank miram usá-lo em operações de câmbio. TecBan, Mercado Bitcoin e XP-Visa, concentram-se no agronegócio. A B3 e os bancos BVeSantander, em financiamentos de automóveis; BB e Caixa, no crédito imobiliário.

PAINELS.A. Julio Wiziack

O conselho diretor do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) negou o último recurso da Paper Excellence contra o parecer da entidade que recomenda que a compra da Eldorado Celulose pela empresa indonésia seja desfeita.

A Resolução 66/2024 do órgão, com a decisão que negou o 4º e último recurso da Paper no processo administrativo, foi publicada na 6ª feira (1º.nov.2024). Leia a íntegra da resolução (PDF – 181 kB) e a íntegra da publicação do DOU (PDF – 444 kB).

A decisão encerra o processo administrativo no Incra. Antes da avaliação do conselho diretor, outros 3 recursos da Paper já haviam sido negados por instâncias inferiores do órgão no Mato Grosso do Sul.

Em janeiro, o Incra já havia comunicado a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e a Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sobre o parecer contrário à venda da Eldorado Celulose para a Paper Excellence.

A recomendação é baseada em leis que restringem a compra de territórios nacionais por estrangeiros. De acordo com nota técnica emitida pelo Incra em dezembro de 2023 (íntegra em PDF – 193 kB), o contrato de compra e venda celebrado entre a J&F e a CA Investment, subsidiária da Paper Excellence, demandava prévia autorização do Congresso Nacional e do próprio instituto em razão de a Eldorado ser proprietária e arrendatária de imóveis que seriam transferidos à empresa estrangeira.

O Incra diz que não foi emitida nenhuma autorização nesse sentido e, por isso, o contrato teria violado as leis 5.709 de 1971 e 8.629 de 1993, além do decreto 74.965 de 1974 e da Instrução Normativa do Incra 88 de 2017, dispositivos que estabelecem limites e regulamentam a compra ou arrendamento de propriedades por estrangeiros.

A legislação exige autorização do Congresso em alguns casos, como para aquisição ou arrendamento de áreas acima de 100 módulos de exploração indefinida por pessoas jurídicas estrangeiras requerem autorização prévia do Legislativo. As propriedades da Eldorado, que têm 14.464 hectares de terras, excedem esses limites.

O entendimento do Incra é o mesmo de pareceres da AGU (Advocacia Geral da União) e do MPF (Ministério Público Federal) seguidos pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) em decisão do juiz Rogério Favreto, em julho de 2023, que suspendeu o processo de transferência do controle da Eldorado.

DISPUTA PELA ELDORADO CELULOSE

A Eldorado é uma das maiores produtoras de celulose do país, com uma unidade fabril em Três Lagoas (MS) e um terminal portuário no Porto de Santos (litoral de SP), de onde exporta para 40 países. Foi fundada em 2010 pelo Grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Em 2017, a J&F Investimentos fechou contrato para venda de 100% das ações da Eldorado Celulose para a Paper Excellence por R\$ 15 bilhões. Foi efetivada a transferência de 49,41% das ações da Eldorado para a multinacional, mas o restante do acordo não chegou a ser concluído.

A disputa entre a J&F e a Paper Excellence começou em 2018, quando o contrato de 1 ano da Paper Excellence para adquirir 100% das ações da Eldorado Celulose passou a ser discutido inicialmente no tribunal de arbitragem e, depois também judicialmente.

O processo de arbitragem deu ganho de causa à Paper Excellence em 2021, concluindo que a J&F tinha a obrigação de vender 100% da Eldorado à empresa indonésia. O processo, no entanto, foi suspenso pelo TRF-4 enquanto não for julgada uma ação popular que pede que a venda da Eldorado seja desfeita porque a Paper Excellence não requereu as autorizações prévias do Congresso e do Incra, exigidas para a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros.

Google Pay descarta hipótese de ser banco

Coluna do Broadcast _BIO Google Pay deixa de lado hipótese de ser banco ou instituição financeira

Oficialmente regulado pelo Banco Central, o Google Pay vê com entusiasmo as possibilidades de negócios trazidas pelo Pix no Brasil. Isso não significa, porém, que a gigante americana de tecnologia queira concorrer com bancos brasileiros: o objetivo é trabalhar ao lado deles. “Vemos nosso papel como de facilitador, em como podemos conectar consumidores e comerciantes de forma mais eficiente e com mais segurança”, afirma Ben Volk, vice-presidente do Google Pay. “Não buscamos nos tornar um banco, ou uma instituição financeira tradicional.” Nesta semana, o Google Pay começou a oferecer o Pix por aproximação, o que significa que clientes de bancos (na primeira etapa, Itaú Unibanco, C6 Bank e PicPay) poderão pagar com Pix aproximando o celular da maquininha.

Google obteve certificação do BC

A funcionalidade exige certificações de segurança e a supervisão do BC. Assim, o Google teve de solicitar - e obteve - licença de instituição de pagamento na modalidade de iniciador. Gestor do Pix, o BC também estabelece as diretrizes do Open Finance, sistema que permitirá pagar com Pix sem ter de abrir o aplicativo do banco.

Modelo de atuação muda com hábitos

“Estamos trabalhando nisso há pelo menos dois anos”, diz Natacha Litvinov, chefe de Parcerias de Pagamentos para a América Latina do Google. Segundo Volk, o papel da empresa no sistema de pagamentos varia de país a país, a depender de como as pessoas pagam por produtos e serviços.

- **FRENTE FORTE.** “No Estados Unidos, estamos lidando predominantemente com pagamentos via cartões”, afirma.

a- Na Índia, há alguns paralelos com o Pix, e estamos trabalhando com o governo.” Para as empresas de tecnologia, ter um papel no mundo dos pagamentos é complemento de negócio importante.

- **SERVIÇO.** O Google, por exemplo, vê estas ferramentas como uma forma de manter o usuário no sistema Android, voltado a dispositivos móveis, e também de alavancar os negócios de plataformas de varejo para as quais oferece outros serviços.

- **CONCORRENTE.** É um raciocínio similar ao da Meta, que oferece pagamentos entre pessoas via WhatsApp no Brasil desde 2021, e de pessoas para empresas desde o ano passado. No segundo caso, o objetivo também é o de alavancar o uso do aplicativo de mensagens como canal relevante para o comércio.

FIDELIZAÇÃO • FAZ ÁGUA. A expectativa de algumas empresas brasileiras de acessar o mercado americano para uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), como opção ao brasileiro, pode resultar em uma grande decepção, segundo o diretor de renda variável do Itaú BBA, Roderick Greenlees. Ele afirma que o investidor estrangeiro é tão sensível quanto o local ao ambiente de juros altos e incertezas crescentes com o fiscal.

- **PRESENÇA.** “Não é porque vamos listar lá fora que todo mundo vai esquecer os desafios que temos no Brasil”, diz ele. “O mundo está conectado.” Para Greenlees, mais importante do que a Bolsa é a qualidade da empresa e a tese de investimento da companhia. Também só faz sentido ir ao exterior companhias que tenham no mínimo de “30% a 40% ou mais” de suas receitas fora do Brasil.
- **BOLA DE CRISTAL.** Tampouco é possível prever quando alguma companhia irá testar a Bolsa brasileira, que caminha para seu quarto ano sem nenhuma oferta de estreantes e enfrenta a maior seca em 25 anos. Porém, ele arrisca dizer que algum IPO poderá acontecer no segundo semestre de 2025.
- **MADURA.** Localizada na Zona da Mata mineira, região que une o produtor de frutas com a indústria que as compra, processa e distribui, a Globalfruit deve ver sua receita aumentar cerca de 28% este ano, atingindo R\$ 250 milhões. Para acompanhar o crescimento, a empresa vai destinar R\$ 4,2 milhões à expansão das operações e a ganhos de eficiência. Ela produz, envasa e armazena bebidas não alcoólicas. Entre seus clientes estão Tial, Ambev, Coca-Cola, McDonald’s, Maguary e Carrefour.
- **EMPILHADOS.** Os recursos serão usados na construção de uma câmara fria para dobrar a capacidade de armazenamento. Com isso, serão adicionadas cerca de mil novas posições de paletes, para armazenagem de sucos concentrados, às 1,1 mil já existentes. Segundo Rafael Vaz, co-CEO da Globalfruit, o investimento, que será também usado em uma nova estação de tratamento de efluentes, abre novas oportunidades de negócios.

SOBE Produção de calçados cresce 4,8% de janeiro a setembro

‘Após um crescimento de 8,1% em setembro, a indústria calçadista encerrou o acumulado dos nove primeiros meses de 2024 com um aumento de 4,8% na produção.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (A- bicalçados) estima que foram produzidos mais de 671 milhões de pares no período.

•••• : : : : A ação da Azul caiu •••• * 3,01% ontem na B3 e liderou as baixas do Ibovespa, num dia em que apenas cinco papéis do índice recuaram, mesmo com a desvalorização do dólar e a queda dos juros futuros, fatores que beneficiam ativos mais sensíveis ao ciclo da economia. Para Artur Horta, da GTF Capital, Azul ainda está endividada demais”. Por isso, considera “exagerado” o fato de a ação ter subido tanto quando do acordo com credores, na semana passada.

VARGA / ADOBE.STOCK - 20/11/2023

0 Google vê ferramentas de pagamentos como forma de manter o usuário no sistema Android e de alavancar negócios de parceiros

LUIS FELIPE MATOS / ESTADÃO - 2/2/2018

DESCE

Ação da Azul cai 3% em dia com só 5 baixas no Ibovespa

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL -16 / 9 / 2019

O balanço do terceiro trimestre da BRF será divulgado apenas em 13 de novembro, mas o Santander deu um voto de confiança antecipado e mudou a recomendação para a ação da empresa de alimentos.

A ação BRFS3 passou de neutra para acima da expectativa (outperform) e o preço-alvo subiu de R\$ 28 para R\$ 32, o que indica um retorno de, aproximadamente, 32% sobre o preço atual de tela.

A base do Santander para essa mudança é a expectativa com os resultados da BRF no terceiro trimestre.

Os analistas Guilherme Palhares e Laura Hirata estão mais confiantes do que a mediana de mercado.

“Esperamos um terceiro trimestre positivo para a BRF, com Ebitda ajustado crescendo 12%, para R\$ 2,9 bilhões, na comparação trimestral, e 6% acima do consenso”, escreveram os especialistas.

“Embora esperemos que a divisão internacional reporte resultados sólidos, apoiados nos fortes preços, acreditamos que não atingirá todo o seu potencial dada as suspensões em curso nas fábricas da BRF no Rio Grande do Sul após um surto de Newcastle em julho de 2024”, complementaram.

A doença de Newcastle requer medidas rigorosas de controle e erradicação para prevenir a propagação do vírus. Em meados de julho deste ano, o Ministério da Agricultura confirmou que detectou um caso dessa doença, que é semelhante à gripe aviária, na cidade de Anta Gorda (RS).

A BRF é a empresa de proteína com receita mais exposta a frangos - aproximadamente 43%. Mesmo assim, os analistas do Santander se mantêm otimistas com a companhia em 2025, principalmente pelos aumentos de volumes após implementação de programas de eficiência.

“A nossa visão fora do consenso é fundamentada nos seguintes fatores: nenhuma oferta relevante de frango chegando ao mercado em 2025, os preços mais elevados do gado já estão a conduzir a preços mais elevados das aves e há um forte crescimento dos produtos industrializados”, escreveram Palhares e Hirata.

A expectativa com o forte resultado no terceiro trimestre deve levar a empresa a ter um elevado pagamento de dividendos. Os analistas calculam que os dividendos cheguem a R\$ 3 bilhões, 60% do fluxo de caixa da BRF.

Em alta de pouco mais de 96% no ano, o valor de mercado da BRF é de R\$ 43,7 bilhões.

(Imagem: Facebook/Marfrig Global Foods)

O Santander elevou seu preço-alvo para Marfrig (MRFG3) de R\$ 15,70 para R\$ 19 (potencial de alta de 32%), mantendo sua recomendação de outperform (compra).

Os analistas do banco veem a diversificação de negócios como importante para a Marfrig, antes de um ano desafiador para a divisão de carne bovina, à medida que a BRF continua melhorando. No longo prazo, a diversificação deve trazer menos volatilidade aos resultados, além de reduzir os riscos sanitários do negócio.

“Os ciclos do gado no Brasil e nos EUA agora estão sincronizados e apontando para baixo. Os ciclos do gado nos EUA e no Brasil agora estão sincronizados. Esperamos uma retenção gradual de vacas nos EUA e no Brasil, o que é um afastamento acentuado da dinâmica vista em 2024 para o crescimento do abate no Brasil e uma queda nos EUA”, explicam Guilherme Palhares e Laura Hirata.

5 AÇÕES PARA BUSCAR DIVIDENDOS: Ruy Hungria, analista da Empiricus Research, revela quais são as ações mais recomendadas para investir em novembro. Veja no Giro do Mercado:

Segundo os analistas, o movimento foi causado pelo esgotamento dos preços dos grãos que sustentaram altas margens para os confinamentos nos EUA (68% da produção de gado é alimentada com grãos), enquanto o Brasil teve a taxa de abate recorde. “Portanto, esperamos que as margens do negócio de carne bovina da Marfrig diminuam YoY, à medida que ambas as regiões se deterioram”.

2025 deve ser um ano forte para BRF e dividendos de dois dígitos para MRFG3

O Santander, que elevou sua recomendação na semana passada, está cada vez mais otimista com a perspectiva para BRF em 2025. A estimativa para o Ebitda no próximo ano é de R\$ 11 bilhões, 30% maior que o consenso, baseada em:

nenhuma oferta relevante de frango chegando ao mercado em 2025;

preços mais altos do gado já estão levando a preços mais altos de aves e;

forte crescimento nos volumes de alimentos processados, que são impulsionados pelo programa de eficiência implementado pela empresa.

Quanto a Marfrig, os analistas veem a ação sendo negociada com um rendimento de dividendos de 11%, já que preveem R\$ 1,6 bilhão em dividendos.

“Essa suposição é baseada no dividendo corporativo mínimo de acordo com as regulamentações brasileiras (25% do lucro líquido). Acreditamos que o lucro líquido da Marfrig deve ser reforçado pelos fortes resultados da BRF e pela marcação a mercado dos ativos vendidos para a Minerva”.

A Marfrig reporta seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2024 (3T24) em 13 de novembro.

A Justiça de Santa Catarina determinou o leilão dos bens da Bonato Couros, uma empresa tradicional do setor coureiro, localizada em Joaçaba (SC), que pertenceu à família Bonato, uma das fundadoras do Grupo Perdigão.

Com mais de 70 anos de atuação no mercado nacional e internacional, a indústria teve sua falência decretada em maio deste ano. O valor total dos bens ultrapassa 72 milhões de reais.

A primeira fase do certame online, organizado pela plataforma Positivo Leilões, começa no próximo dia 08 de novembro. Os recursos arrecadados serão destinados ao pagamento de dívidas, que atualmente somam cerca de 63 milhões de reais. Até o momento, cinco empresas já se habilitaram para participar da disputa.

Bancos Itaú tem novo resultado recorde, com expansão do crédito e margem maior

C3 Itaú lucra R\$ 10,7 bi e revisa projeção para alta do crédito

Balanço Banco teve resultado inédito no terceiro trimestre, com expansão da margem financeira e redu

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Carne bovina eleva inflação dos alimentos

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Café e laranja também pressionam taxa, mas arroz e feijão têm recuo de preços

A pressão voltou forte em alguns produtos agropecuários, e a inflação dos alimentos foi de 1,34% em São Paulo em outubro, a maior taxa mensal deste ano. Os dados foram divulgados pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) nesta segunda (4). A inflação média foi de 0,8% para o período.

Uma das principais pressões vem das carnes, principalmente da bovina. O preço do boi gordo, após recuar para R\$ 215 em São Paulo, em junho, passa por forte recuperação e, neste início de mês, está em R\$ 320, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

A carne bovina subiu 3,15% em outubro. A menor oferta de bois e exportações recordes mantêm os preços da arroba elevados no campo.

As vendas externas de carne "in natura" somaram 236 mil toneladas nas primeiras quatro semanas do mês passado, 27% a mais do que as de todo outubro de 2023. Se considerada a média diária, a alta é de 40%, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior). As receitas somam US\$ 1,1 bilhão.

A demanda externa é maior também para aves e suínos. As exportações de carne de frango "in natura" subiram para 381 mil toneladas, 13% a mais do que no ano passado, com receitas 22% superiores. As vendas externas de carne suína foram para 102 mil toneladas no período, com alta de 37% no volume e de 57% nas receitas.

A inflação dos alimentos sofre ainda as pressões vindas de café, óleo de soja e laranja. O café, com perspectivas de a safra ser afetada pelo clima —tanto no Brasil como no Vietnã, os maiores produtores mundiais—, atingiu preços recordes no campo há algumas semanas, o que vem refletindo no varejo.

A pressão voltou também na soja. A quebra de safra reduziu a oferta em um momento em que a demanda interna subiu, devido à maior mistura de biodiesel ao diesel, e a China não parou de comprar. O óleo de soja é um dos produtos que mais vêm pesando no bolso dos consumidores. De 2019 a 2022, período de forte demanda e de alta de preços da soja no mercado internacional, o consumidor brasileiro pagou 164% a mais por esse óleo. Em 2013, houve um alívio, com recuo de 28% nos preços internos, devido à queda nos valores externos da soja. Neste ano, no entanto, o produto acumula alta de 12%.

Os consumidores de suco de laranja também pagam caro pelo produto. Desde janeiro do ano passado, a bebida está 91% mais cara, segundo a Fipe.

Doenças e clima afetam pomares dos principais países produtores, inclusive os do Brasil, que mantém a liderança mundial na produção e na exportação.

A boa notícia para o consumidor é que vários produtos, após um pico de reajustes, perdem pressão neste período de ano. Um deles é o arroz. Em plena entressafra, parte do cereal estocado entra no mercado e o produto está em queda nos supermercados.

O feijão, com boa oferta vindo do campo, tem redução de preço de 6,5% no acumulado até outubro. Já o leite diminui o ritmo de alta.

Pãozinho e açúcar, que vinham sendo incentivados pelos preços externos, ficaram mais baratos em outubro. No setor de produtos "in natura", a Fipe constatou fortes quedas nos preços de mamão, repolho e cebola. Esta última tem queda de 43% no ano.

131%

é quanto subiu o preço do óleo de soja para o consumidor desde o início de 2019

40%

é o aumento no volume médio diário das exportações de carne bovina em outubro

Mauro Zafalon mauro.zafalon@uol.com.br

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

O agro do Brasil tem de
mostrar o que faz de bom'

Cenários Em visita ao Brasil, comitiva do Rabobank aponta ao setor suas forças sustentáveis

Para o agronegócio brasileiro, tão importante quanto o setor intensificar seus esforços sustentáveis é

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Setor de óleos tenta manter isenção de tributos

Reforma

Representantes da cadeia produtiva de óleos vegetais tentam convencer o Senado a reverter uma mudança no escopo da Reforma Tributária, que aumenta a carga tributária sobre parte dos óleos co

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Lula consulta ministros de fora da área econômica sobre corte

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu consultar ministros fora da área econômica sobre o pacote de corte de gastos que deve ser enviado ao Congresso Nacional para dar sustentabi

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

EUA abrem eleição mais incerta de sua história

Empate e dúvidas Contestações, impugnações e disputa apertada devem atrasar resultado por dias

Em meio à eleição presidencial mais incerta de sua história, os EUA votam hoje sem que tenham sequer um

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Mais de 200 deputados franceses, de esquerda e de direita, pediram, nesta segunda-feira (4), ao governo que bloqueie a conclusão do esperado acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e os países do Mercosul, que consideram “trair” a ambição europeia.

“O acordo, negociado pela Comissão Europeia, trai duas vezes o que deve ser a União Europeia. Trai a ambição de elevar os padrões ambientais, sociais e de saúde. Também trai nosso compromisso com a soberania alimentar do nosso continente”, escreveram 209 deputados de vários grupos do espectro político francês.

“Nós nos recusamos a abrir os mercados europeus para frango dopado com antibióticos, carne de bovino criada em um contexto de desmatamento, milho tratado com atrazina...”, declararam, rejeitando “um acordo cujo conteúdo, negociado desde 1999, continua sem fornecer compromissos sólidos em termos ambientais, sociais e de saúde”.

Para eles, “num momento em que a França perdeu 100.000 explorações agrícolas em dez anos, correndo o risco de perder o mesmo número na próxima década, e quando 75% do desmatamento no Brasil está ligado à pecuária bovina, este acordo equivaleria a sacrificar nossos valores profundos por interesses comerciais e geopolíticos de curto prazo, por uma corrida por influência e novos mercados”.

“O presidente da República comprometeu-se com os agricultores e organizações ambientais, unidos nesta luta”, enfatizaram. “Nós, deputados de todas as bancadas, pedimos ao governo que bloqueie a conclusão do acordo (...), e à Comissão Europeia que respeite este veto francês”.

As negociações com os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia – foram retomadas nos últimos meses sob o impulso de países europeus, entre eles Espanha e Alemanha.

A possibilidade de uma conclusão enfurece os sindicatos agrários franceses, que anunciam uma mobilização para meados de novembro.

cho/jbo/gvy/hgs/mb/ic/mvv

UMA DÉCADA EM 4 ANOS

AMERICANOS ESCOLHEM : |
PRESIDENTE EM UM
PAIS QUE ATRAVESSA MUDANÇAS ACELERADAS

Os Estados Unidos 7^

hoje refletirão a reação dos eleitores às mudanças velozes e profundas pelas quais o país passou desde que Joe Biden, há quatro anos, venceu o então presidente Donald Trump. Desde o início das primárias, em janeiro, eleitores que conversaram com O GLOBO desafiaram estereótipos relacionados à etnia, classe social, idade e gênero. Eles revelaram ter abandonado filiações partidárias de décadas, decidido votar pela primeira vez, reafirmado sua convicção de estar do lado certo ou até mesmo permanecido indecisos até o último momento. Cenário que alimenta a indefinição sobre quem representaria melhor o novo desejado, aí sim, em uníssono — presidente, empatados em todas as pesquisas nacionais e nos estados mais decisivos.

QUEBRA-CABEÇAS DO VOTO

A sequência de eventos que ajudou cada um a montar o quebra-cabeças do voto é a mesma. A invasão do Capitólio por negacionistas incitados pelo republicano com a destruição do Congresso e a morte de cinco cidadãos. O segundo processo de impeachment de Trump. A recuperação da economia pós-pandemia de forma robusta, mas com os índices macroeconômicos importando menos do que o remédio amargo da inflação alta. O fim do direito federal ao aborto pela Suprema Corte. A decisão, pelos mesmos juizes, de maioria conservadora, de que ex-presidentes desfrutam de imunidade após deixarem o cargo. A entrada recorde de imigrantes em situação irregular pela fronteira com o México. A condenação do expresidente, a primeira na História americana, e o prosseguimento de pelo menos outros quatro casos, entre eles o que julga sua interferência nas eleições presidenciais quando comandava o país. A substituição, após receber milhares de votos nas prévias, de Biden por sua vice na chapa governista. As duas tentativas de assassinato de Trump.

— Parece que vivi dez anos em quatro. E a sensação de não saber mais que país é este me deu a certeza de que em 2016 tinha mais dinheiro no bolso e minha vida era menos confusa do que hoje—diz Arthur Alves, que vive em um subúrbio de Phoenix, no decisivo estado do Arizona. — Votarei em Trump, que é mais claro sobre o que vai fazer com o país, fechando a fronteira e diminuindo o custo de vida.

De outro estado-pêndulo, o Wisconsin, Michael Riordan decidiu, ao passar na cabeça o filme dos últimos anos, exatamente o oposto:

— Ir adiante não pode ser retornar a 2016, como se nada grave tivesse acontecido de lá pra cá. Além da defesa da democracia, que é, reconheço, valor mais etéreo, os dados econômicos mostram quem fez melhor, por exemplo, no número total de empregos gerados. Foi assim que convenci meu pai, republicano, a votar este ano comigo em Kamala.

As razões que levam a maioria dos americanos às urnas hoje se consolidaram ao longo de quase um ano de campanha eleitoral e refletem o país que desejam construir. Foram traduzidas em números pelos estrategistas das duas campanhas e informaram os movimentos finais dos dois lados.

Elas estão na ponta da língua de eleitores como Nevaeh Castillo, do Arizona, ansiosa para ver “a primeira

presidente mulher, que irá garantir os direitos reprodutivos para mim e minhas sobrinhas”. Do casal Nile e Michelle Stevens, do Missouri, que vota em Trump pois ele “é quem tem peito para enfrentar os bandidos que cruzam nossas fronteiras”. De Teresa Kinglsand, da Geórgia, que também vota em Trump para “poder fazer supermercado como quando ele era presidente, antes da inflação alta do Biden”. De Syed Aftab, de Michigan, que não vota em Trump “para ele concretizar seu projeto de autocrata”, mas até o último minuto decidirá se cravará Kamala hoje, “apesar da Casa Branca financiaro massacre em Gaza e no Líbano”. E de Jennifer Spitler, da Pensilvânia, que, embora preferisse um candidato “de fato progressista”, marcará o nome de Kamala na cédula hoje, guiada pela “preservação da democracia”.

NOVAS PREOCUPAÇÕES

A prevalência dos temas — economia, política imigratória, defesa da democracia e do direito ao aborto — chama ainda mais atenção quando se mergulha na pesquisa de boca de urna do New York Times de 2020. Há quatro anos, em meio ao Black Lives Matter, 92% dos eleitores de Biden consideravam a luta pela igualdade racial a principal razão para o voto no vice de Barack Obama. Em seguida, com 81%, vinha o desastre do combate ao coronavírus pelo republicano. Entre os eleitores deste, 83% desejavam sua reeleição por motivos econômicos, e 71% estavam interessados em políticas mais repressivas de segurança pública. Imigração, usada como bode expiatório para todos os dados ruins do país pelo campo trumpista, e direito ao aborto, reinventado na pauta democrata na campanha como invasão do governo navidadprivada das cidadãs, sequer foram mencionados na época.

— Hoje parece estarmos a anos-luz daquele país, e saber quem conseguirá conduzi-lo com menos solavancos nos próximos quatro anos faz toda a diferença diz Daphne Matthews, de Atlanta, que votou antecipadamente, não revela em quem.

mas

POPULAÇÃO TOTAL

Em milhões

331,75	332,68	334,2	335,96
300	200	100	0
2021	2022	2023	2024

POPULAÇÃO/GÊNERO

2021 a 2024 (em %)

Feminino KJ Masculino 50 47,4

Não se identifica com nenhum gênero Transgênero 1,5 1,1

POPULAÇÃO/RAÇA Em% • Brancos • Hispânicos Negros • Asiáticos Outros (não hispânicos)

2021	59,8	18,7	12,5	^3,2	2024*	57,5	19,8	12,7	^3,7
------	------	------	------	------	-------	------	------	------	------

IMIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR (ESTIMATIVAS)

2020 | 10.510.000 2022 | 110.990.000 2023 | M 11.700.000

0 2 4 6 8 10 12

RENDA PER CAPITA
(em US\$) 80

60 63.428

0 0

2021 2022

PIB/CRESCIMENTO
(em %)

5,8

5 4

3 1,94

2

1 0 2021 2022

INFLAÇÃO
(em %) 8

8

4,7

4 2 0

65.779

|

4,12

2021 2022

DESEMPREGO
(em %)

3,65 3,63

4

2 0

5,35

2021 2022
(Estimativa)

2,1

2023 2024

(setembro)

4,1

2023 2024

EDUARDO GRAÇA Enviado especial eduardo.graca@oglobo.com.br FILADÉLFIA

O Senado pautou para esta terça-feira o projeto de lei que regulamenta o mercado de carbono no Brasil. O governo Lula tenta aprovar o projeto no Senado e na Câmara nas próximas semanas.

Representantes do Congresso e do governo se reuniram na quinta-feira passada para tentar fechar um texto. A tentativa é que o projeto seja aprovando nas duas Casas antes da Conferência do Clima que ocorre entre os dias 11 e 22 de novembro no Azerbaijão.

O mercado de carbono é considerado um passo fundamental para o avanço da agenda verde no Brasil e uma vitrine importante para o país, que vai sediar a Conferência do Clima (COP30), no ano que vem.

Em geral, o projeto cria regras para o mercado regulado e voluntário de crédito de carbono no país. Esse sistema permite a compra e venda de créditos. Empresas e países que emitem menos podem vender seus créditos para poluidores, de forma que todos reduzam suas emissões e se incentive a redução do desmatamento.

As principais divergências entre Câmara e Senado giram em torno do mercado voluntário de carbono dos estados e do repasse dos lucros com a venda de crédito de carbonos a comunidades indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Ficou pactuado o entendimento dos deputados sobre a venda de créditos de carbono estaduais, apenas com alguns ajustes para reforçar o direito à propriedade privada. O relator do projeto na Câmara, Aliel Machado (PV-PR), determinou que os estados poderiam vender créditos de carbono gerados em terras públicas ou privadas, desde que com anuência dos proprietários da terra.

Em relação ao repasse do ganho com os créditos gerados em comunidades indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária, o acordo é usar como base o entendimento da Câmara, mas que o governo, por meio do Ministério da Fazenda e dos Povos Indígenas, poderão ajustar o percentual.

No projeto aprovado pelos deputados, há garantia do direito de ao menos 50% nos projetos de remoção de gases do efeito estufa e de 70% dos projetos de preservação.

O Brasil não reduziu suas emissões de gases de efeito estufa nos últimos cinco anos e, mantido o atual ritmo, não vai fazer sua parte para o mundo cumprir o Acordo de Paris. Pelo pacto, o planeta deveria limitar o aquecimento global a 1,5°C acima do nível pré-industrial.

As conclusões são de estudo do projeto Ascor (Avaliação de Oportunidades e Riscos Climáticos Soberanos), feito em parceria com a LSE (London School of Economics and Political Science), que avaliou o tema em 70 países. A Folha teve acesso à parte do levantamento referente ao Brasil e a pesquisa completa deve ser publicada nesta terça-feira (5).

Mesmo ao se excluir a parte de uso da terra e florestas, o Brasil mostrou um aumento médio de 1,7% nas emissões nos últimos cinco anos (de 2019 a 2023). Quando analisada apenas a parte excluída, houve crescimento médio de 0,8% no período.

O país descumpriria sua parte para o objetivo de 2030 mesmo quando considerada sua participação justa na tarefa, calculada de acordo com o tamanho de seu Orçamento. Os pesquisadores apontam que mesmo as atuais metas ambientais (cortar em 13,1% as emissões em relação a 2019) não estão alinhadas com o limite traçado em Paris.

Planeta em Transe

Uma newsletter com o que você precisa saber sobre mudanças climáticas

Carregando...

Além disso, os pesquisadores registram que o país não se comprometeu com um prazo para eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis e também não prometeu parar de aprovar usinas a carvão, além de não ter uma meta de emissão líquida zero em eletricidade.

Por outro lado, o país recebeu avaliações positivas em outros pontos. Entre eles, a existência de uma meta de emissão líquida zero para 2050, a expansão de áreas de conservação nos últimos anos, o fato de o país ter convenções internacionais de direitos humanos, trabalhistas e indígenas e o compromisso com a melhora da eficiência energética.

A tendência de elevação das emissões se repete pelo mundo. No total, o planeta continua lançando na atmosfera mais gases de efeito estufa –o que tem contribuído para a Terra já alcançar temperaturas médias acima de 1,5°C.

De acordo com o Our World in Data, da Universidade de Oxford, houve aumento global de 1% em 2022 (ano mais recente disponível) nas emissões, na comparação com 2018. Os países líderes em elevação em termos absolutos foram China, Índia e Indonésia. O Brasil é o 13º maior emissor, de acordo com o site.

O levantamento é feito enquanto o Brasil se prepara para apresentar ao mundo suas novas metas ambientais (chamadas de Contribuições Nacionalmente Determinadas, ou NDCs na sigla em inglês). São os compromissos voluntários que cada país apresenta para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e, assim, contribuir para a meta global.

Ambientalistas pedem que os objetivos do país sejam significativamente mais ambiciosos do que os atuais. O pedido foi reforçado neste mês pela Frente Nacional dos Consumidores de Energia, que enviou uma carta a sete ministros dizendo que objetivos mais firmes são necessários, caso contrário haverá uma escalada incontrolável de custos e insegurança no setor.

As NDCs em todo o mundo devem passar por uma nova rodada de atualizações até o início de 2025. Mas, no caso brasileiro, a intenção é que os novos objetivos sejam anunciados em novembro, durante a COP29, conferência sobre clima das Nações Unidas em Baku (Azerbaijão).

O Brasil está sendo monitorado de perto pela comunidade internacional por ser visto como um dos

protagonistas no debate ambiental, tendo em vista o aceno do atual governo à agenda do tema e a combinação de posições de influência no debate geopolítico —como a presidência do G20 em 2024 e o fato de sediar a COP30, a ser realizada no fim de 2025 em Belém.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que a área sob alertas de desmatamento na Amazônia caiu 50% no ano passado em comparação com 2022, o que evitou o lançamento de 250 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente na atmosfera, e que houve nova queda de 18% de janeiro a outubro em comparação com o mesmo período de 2023.

"O desmatamento é responsável por cerca de metade das emissões do Brasil e o compromisso do presidente Lula é zerá-lo até 2030", afirma o documento.

A pasta afirma ainda que o governo federal lançou em 2023 os planos de prevenção e controle do desmatamento da amazônia (PPCDAm) e do cerrado (PPCerrado) e que iniciativas para o pantanal, a mata atlântica, a caatinga e o pampa estão em elaboração.

"Também em 2023 o governo federal corrigiu retrocessos na meta climática brasileira, retomando compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris (2015). A nova meta climática será apresentada ainda neste ano, elaborada a partir do processo do Plano Clima, em construção desde setembro de 2023", diz o ministério.

Pará cria plano antidesmatamento e para fomentar desenvolvimento

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), sancionou ontem a lei que cria o Plano Estadual Amazônia Agora, dedicado a enfrentar o desmatamento e a fomentar o desenvolvimento sustent

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>